

MAPFRE Seguros Gerais S.A.

CNPJ 61.074.175/0001-38



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos a apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da MAPFRE Seguros Gerais S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, elaboradas na forma da legislação societária e das normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, do Parecer dos Atuários Independentes e do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria.

A MAPFRE Seguros Gerais S.A. atua nos segmentos de seguros de pessoas e de danos, com foco em automóveis, riscos patrimoniais e transportes.

Em 2015, a Seguradora apresentou prêmios emitidos de R\$ 6.309,4 milhões e lucro líquido de R\$ 241,0 milhões, representando, respectivamente, incrementos de 16,1% e de 174,0% sobre os resultados do mesmo período do ano anterior.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de dezembro de 2015, os acionistas deliberaram a distribuição de Lucros de R\$ 129,0 milhões, na forma de juros sobre capital próprio, bem como o aumento de capital no mesmo valor.

Em atendimento à Circular SUSEP nº 517/15, a Seguradora declara deter, na categoria "mantidos até o vencimento", títulos e valores mobiliários no valor de R\$ 979,4 milhões e, considerando ter capacidade

financeira para tal, manifesta a intenção de observar os prazos de resgate originais dos mesmos. Agradecemos aos nossos acionistas, clientes, corretores, parceiros e aos colaboradores pelo apoio e confiança depositados em nosso trabalho. O fortalecimento desse relacionamento é um dos objetivos que nos estimula a seguir em frente, em busca de novos desafios.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2016.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2015	2014	Passivo	Nota	2015	2014
Circulante		7.147.586	6.298.633	Circulante		7.053.253	6.165.979
Disponível	5	131.920	63.546	Contas a pagar	15	514.948	347.510
Caixa e bancos		131.920	63.546	Obrigações a pagar	16	317.749	179.991
Equivalentes de caixa	5	19.819	74.683	Impostos e encargos sociais a recolher		162.868	127.654
Aplicações	6	994.207	997.449	Encargos trabalhistas		28.837	27.411
Créditos das operações com seguros e resseguros	7	2.823.838	2.511.292	Impostos e contribuições	17	5.494	12.454
Prêmios a receber		2.248.630	2.195.791	Débitos de operações com seguros e resseguros		1.187.241	1.101.269
Operações com seguradoras		101.197	128.010	Prêmios a restituir		39.349	2.745
Operações com resseguradoras	8a	474.011	187.911	Operações com seguradoras	18	132.596	89.527
Outros créditos operacionais	9	79.414	102.493	Operações com resseguradoras	8b	715.346	742.854
Ativos de resseguro e retrocessão	8a	2.137.132	1.543.700	Corretores de seguros e resseguros	19	197.081	221.596
Títulos e créditos a receber	9	212.809	267.265	Outros débitos operacionais	20	102.869	44.547
Títulos e créditos a receber	10	169.000	225.378	Depósitos de terceiros	21	178.810	118.401
Créditos tributários e previdenciários	29b	24.662	7.373	Provisões técnicas - seguros	22	5.172.254	4.598.799
Outros créditos		19.147	34.514	Danos		4.991.895	4.407.377
Outros valores e bens		219.052	217.939	Pessoas		180.359	191.422
Bens a venda	11a	206.659	188.549	Passivo não circulante		809.760	607.387
Outros valores	11c	12.393	29.390	Contas a pagar		384	384
Despesas antecipadas		11.623	2.599	Provisões técnicas - seguros	22	654.316	471.218
Custos de aquisição diferidos	22	517.772	517.667	Danos		552.595	398.830
Seguros		517.772	517.667	Pessoas		101.721	72.388
Ativo não circulante		3.011.647	2.558.402	Outros débitos		155.060	135.785
Realizável a longo prazo		2.547.344	2.035.695	Provisões judiciais	26	155.060	135.785
Aplicações	6	1.563.095	1.253.692	Patrimônio líquido	27	2.296.220	2.083.669
Créditos das operações com seguros e resseguros		72.648	35.973	Capital social		1.549.863	1.439.863
Prêmios a receber	7	72.648	35.973	Aumento de capital (em aprovação)		109.650	110.000
Ativos de resseguro e retrocessão	8a	182.142	97.087	Reservas de capital		542	542
Títulos e créditos a receber		674.965	591.001	Reservas de reavaliação		396	396
Créditos tributários e previdenciários	29b	510.253	439.535	Reservas de lucros		647.956	535.909
Depósitos judiciais e fiscais	26a	164.712	151.466	Ajuste com títulos e valores mobiliários		(12.187)	(3.041)
Custos de aquisição diferidos	22	54.494	57.942				
Seguros		54.494	57.942				
Investimentos		11.155	9.654				
Participações societárias	12	4.905	3.117				
Imóveis destinados a renda		6.102	6.389				
Outros investimentos		148	348				
Imobilizado	13	102.411	83.604				
Imóveis de uso próprio		34.684	35.352				
Bens móveis		34.379	31.511				
Outras imobilizações		33.348	16.741				
Intangível	14	350.737	429.449				
Total do ativo		10.159.233	8.857.035	Total do passivo e patrimônio líquido		10.159.233	8.857.035

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais)

	Capital Social	Aumento de capital (em aprovação)	Reservas de Capital		Reservas de Lucros			Ajuste com títulos e valores mobiliários	Lucros acumulados	Total
			Capital social a integralizar	Reserva de subscção de ações	Reserva de reavaliação	Reserva legal	Reserva de investimentos			
Saldos em 31 de dezembro de 2013	1.335.663	33.600	-	497	45	396	24.382	423.565	(8.702)	1.809.446
Aumento de capital - AGE de 29 de abril de 2014	-	35.600	-	-	-	-	-	-	-	35.600
Aumento de capital - AGE de 30 de junho de 2014	-	35.000	-	-	-	-	-	-	-	35.000
Aprovação de aumento de capital - Portaria SUSEP nº 5.954 de 18 de julho de 2014	33.600	(33.600)	-	-	-	-	-	-	-	-
Aprovação de aumento de capital - Portaria SUSEP/DIRAT nº 49 de 2 de setembro de 2014	35.600	(35.600)	-	-	-	-	-	-	-	-
Aprovação de aumento de capital - Portaria SUSEP/DIRAT nº 56 de 9 de setembro de 2014	35.000	(35.000)	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital - AGE de 29 de dezembro de 2014	-	110.000	-	-	-	-	-	-	-	110.000
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	-	-	-	3.685	3.685
Títulos e valores mobiliários (de controlada)	-	-	-	-	-	-	-	-	1.976	1.976
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	87.962	87.962
Distribuição do resultado:										
Reserva legal	-	-	-	-	-	-	4.398	-	(4.398)	-
Reserva de investimentos	-	-	-	-	-	-	-	83.564	(83.564)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.439.863	110.000	-	497	45	396	28.780	507.129	(3.041)	2.083.669
Aprovação de aumento de capital - Portaria SUSEP/DIRAT nº 191 de 16 de junho de 2015	110.000	(110.000)	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital - AGE de 29 de dezembro de 2015	-	129.000	-	-	-	-	-	-	-	129.000
Capital social a integralizar	-	-	(19.350)	-	-	-	-	-	-	(19.350)
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	-	-	-	(9.146)	(9.146)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	241.047	241.047
Proposta para distribuição do resultado:										
Reserva legal	-	-	-	-	-	-	-	-	(12.053)	(12.053)
Pagamento de juros sobre capital próprio - AGE de 29 de dezembro de 2015	-	-	-	-	-	-	-	-	(129.000)	(129.000)
Reserva de investimentos	-	-	-	-	-	-	-	99.994	(99.994)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.549.863	129.000	(19.350)	497	45	396	40.833	607.123	(12.187)	2.296.220

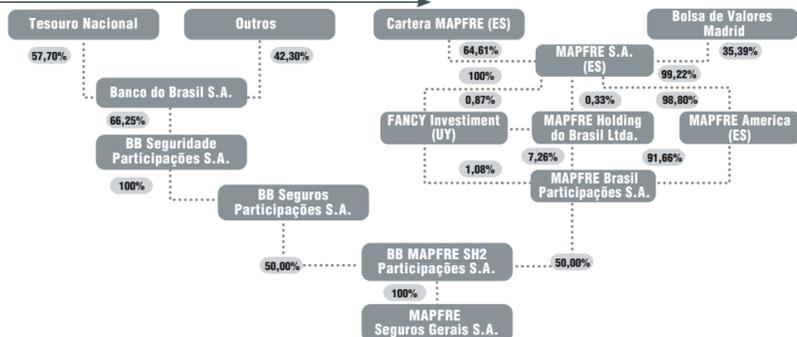
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS - 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A MAPFRE Seguros Gerais S.A., (doravante denominada por "Seguradora"), é uma sociedade anônima de capital fechado, tendo como objetivo social operar em seguros e coseguros nos ramos de vida e elementares em todo o território nacional. A Seguradora está sediada na Avenida das Nações Unidas, 11.711, 21º andar, São Paulo e cadastrada no CNPJ sob nº 61.074.175/0001-38. A Seguradora, no desenvolvimento de suas atividades, atua de forma integrada com o Banco do Brasil (doravante referido também como "BB") e empresas e ligadas, mantendo com essas empresas algumas operações, as quais estão detalhadas na nota explicativa 30. Em 30 de junho de 2011, a parceria entre o Banco do Brasil, através de sua subsidiária integral

BB Seguros Participações S.A., e o Grupo MAPFRE, através de sua subsidiária integral MAPFRE Brasil Participações S.A., firmada em 5 de maio de 2010, foi concretizada, dando origem ao GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE (BB MAPFRE), representado por duas Sociedades Holdings: BB MAPFRE SH1 Participações S.A. e MAPFRE BB SH2 Participações S.A. Visando maior simplicidade de seu modelo operacional, em 1º de novembro de 2014 a Seguradora incorporou a totalidade do patrimônio da MAPFRE Affinity Seguradora S.A., também controlada pela SH2, conforme nota 32. Em 31 de dezembro de 2015, o Grupo apresentava a estrutura abaixo, cujo controle acionário foi aprovado pela Portaria SUSEP nº 4.676 de 25 de junho de 2012.



2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

a) Base de preparação: Em consonância à Circular SUSEP nº 517/15, as demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações financeiras estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular e preparadas segundo a premissa de continuidade dos negócios da Seguradora. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 22 de fevereiro de 2016. **b) Comparabilidade:** Os valores correspondentes relativos aos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2014 e 1º de janeiro de 2014 (derivado das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014) e a demonstração de resultados do período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2014, originalmente apresentados nas demonstrações financeiras daqueles exercícios, estão sendo representados para fins de comparação, em conformidade com os pronunciamentos técnicos CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativas e Retificação de Erro e CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, em atendimento à Carta 02/2016/SUSEP/DITEC/CSSO/CAOASO, a qual determinou que os gastos com parceria de exclusividade de pontos de venda seja classificado no ativo intangível inclusive de forma retrospectiva. As reclassificações não ocasionaram efeito no resultado e patrimônio líquido da Seguradora. Abaixo, demonstramos um resumo contemplando os valores correspondentes originalmente em comparação com os valores reclassificados:

Ativo	31/12/2014		Saldos reapresentados
	anteriormente	Reclassificação	
Circulante	6.490.921	(192.288)	6.298.633
Outros ativos	5.780.966	-	5.780.966
Custos de aquisição diferidos	709.955	(192.288)	517.667
Ativo não circulante	2.366.114	2.528.288	2.558.402
Realizável a longo prazo	2.035.695	-	2.035.695
Outros ativos	2.128.953	-	2.128.953
Intangível	237.161	192.288	429.449
Total do ativo	8.857.035	-	8.857.035

Demonstrações de resultados	31/12/2014		Saldos reapresentados
	anteriormente	Reclassificação	
(-) Custos de aquisição	(968.901)	24.024	(944.877)
(-) Outras receitas e despesas operacionais	(114.293)	(24.024)	(138.317)

c) Continuidade: A Administração considera que a Seguradora possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio de continuidade. **d) Base para avaliação, apresentação e moeda funcional:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo. A moeda funcional da Seguradora é o Real. **e) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC referendadas pela SUSEP exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: *i.* informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; *ii.* informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil. **f) Nota 3h - Classificação dos contratos de seguro;** **g) Nota 6 - Aplicações;** **h) Nota 31, 22 e 25 - Provisões técnicas;** **i) Nota 7 - Prêmios a Receber (Provisão para risco de crédito);** **j) Nota 26 - Provisões judiciais;** **k) Nota 29 - Imposto de renda e contribuição social diferidos e tributos a recuperar.** **f) Segregação entre circulante e não circulante:** A Seguradora efetuou a segregação de itens patrimoniais em circulante e não circulante considerando a expectativa de realização de até doze meses e posterior a doze meses, respectivamente. **g) Novas normas e interpretações ainda não adotadas:** Diversas normas, alterações de normas e interpretações são efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2015. Dentre aquelas que podem ser relevantes para a Seguradora, encontra-se o IFRS 9 - Instrumentos financeiros, que introduz um novo requerimento para classificação e mensuração de ativos financeiros incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. A IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes, substituirá a orientação sobre o reconhecimento de receitas que existe atualmente. A nova norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018. Os possíveis impactos decorrentes das referidas alterações estão sendo avaliados e serão concluídos até a data da entrada em vigor das normas.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos apresentados. **a) Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem caixa, saldos em conta movimento sem vencimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de noventa dias com risco insignificante de mudança de valor justo e que não estejam vinculadas como garantia das provisões técnicas. Os valores são utilizados pela Seguradora para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. **b) Aplicações:** A Seguradora classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: *i.* ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, *ii.* ativos financeiros mantidos até o vencimento e *iii.* ativos financeiros disponíveis para venda. A classificação dentre as categorias é definida pela Administração no momento inicial e depende da estratégia pela qual o ativo foi adquirido. *i. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado:* Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. A Seguradora gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Esses ativos são medidos a valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período. *ii. Ativos financeiros mantidos até o vencimento:* São classificados nessa categoria caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter esses ativos financeiros até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais impactam o resultado. *iii. Ativos financeiros disponíveis para venda:* Compreende os ativos financeiros não classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido (líquido dos efeitos tributários). Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado. *iv. Determinação do valor justo:* Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos estão divulgadas na nota explicativa 6d. **c) Redução ao valor recuperável:** *i. Ativos financeiros:* Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes. *ii. Operações de seguros e resseguros:* A Seguradora reconhece uma redução ao valor recuperável sobre prêmios a receber

✦ continuação

MAPFRE Seguros Gerais S.A. - CNPJ nº 61.074.175/0001-38

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS - 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais)

contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas quando individualmente relevantes. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são divulgados. **p) Benefícios aos empregados:** *i. Obrigações de curto prazo:* As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são reconhecidas pelo valor esperado a ser pago e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado. *ii. Obrigações com aposentadorias:* A Seguradora é patrocinadora de um plano de previdência complementar para os empregados na modalidade de contribuição definida - Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL) administrado pela MAPFRE Previdência S.A. Trata-se de um plano de contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições realizadas por ele mesmo e pela Seguradora, sendo os recursos investidos em um Fundo de Investimento destinado a essa finalidade. Os aportes mensais são calculados considerando o salário base de contribuição do participante e a Seguradora não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de previdência de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas de benefícios a empregados, no período em que esses serviços são prestados pelos empregados. *iii. Outros benefícios de curto prazo:* Outros benefícios de curto prazo tais como seguro-saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, estacionamento, vale-transporte, vale-refeição e alimentação e treinamento profissional são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do período à medida que são incorridos. **q) Outras receitas e despesas operacionais:** Compreendem, substancialmente, as receitas e despesas com apólices e contratos de seguros, representantes de seguros e as despesas com rastreadores. **r) Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre ativos financeiros (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ganhos nos instrumentos derivativos que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com atualização monetária das provisões técnicas, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (impairment) reconhecidas nos ativos financeiros e perdas nos instrumentos derivativos que estão reconhecidos no resultado. **s) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240 no exercício e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável até 31 de agosto de 2015 e 20% a partir de 1º de setembro de 2015. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras e somado de eventual ajuste de imposto a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos considerados na base de cálculo do imposto corrente e os correspondentes valores tributáveis ou dedutíveis em períodos futuros. O imposto diferido é mensurado pela aplicação das alíquotas vigentes sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias, sendo que o imposto diferido ativo é provável a geração de lucros futuros sujeitos à tributação, os quais este imposto diferido ativo possa ser utilizado, estejam disponíveis. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. **t) Participações nos lucros:** A Seguradora registra mensalmente a participação nos lucros com base nos critérios de pagamento referente ao último exercício, caso não tenha ocorrido nenhuma mudança significativa na política de remuneração, sendo atualizada pelo índice de reajuste salarial da categoria e ajustada posteriormente, para pagamento aos colaboradores, conforme política de remuneração.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Seguradora, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros. • Risco de subscrição; • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado; e • Risco operacional. A finalidade dessa nota explicativa é apresentar informações gerais sobre essas exposições, bem como os critérios adotados pela Seguradora na gestão e mitigação de cada um dos riscos acima mencionados. **Estrutura de gerenciamento de riscos:** O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, sendo utilizado com o objetivo de evitar perdas e adicionar valor ao negócio, à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros. A Seguradora conta com um processo de gestão de riscos, em constante aperfeiçoamento alinhado à regulamentação vigente. A gestão busca a adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos. O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de governança corporativa que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos. O gerenciamento dos riscos inerentes às atividades é abordado dentro de um processo apoiado na estrutura de Controles Internos e Gestão de Riscos. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos, buscando minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a identificação e mensuração dos riscos. A gestão dos riscos corporativos é sustentada por modelos estatísticos como testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade, cálculo do *“Value at Risk” (VaR)*, indicadores de suficiência de capital, dentre outros. A estes modelos, adiciona-se a parcela qualitativa da gestão de riscos, com os resultados de avaliações de riscos, coleta de informações de perdas e análises de resultados de testes e controles, e de auditoria, tendo como objetivo a análise estratégica o acompanhamento e mitigação dos riscos corporativos. Para assegurar a unicidade ao processo de gerenciamento de riscos, a Seguradora conta com os seguintes comitês: • **Comitê financeiro:** constituído com o caráter de análise e a avaliação das questões ligadas a aspectos financeiros, sendo de competência deste, acompanhar o desempenho financeiro e propor para apreciação do Conselho de Administração, dentre outros, as políticas e os limites para administração dos riscos financeiros. • **Comitê de riscos globais:** constituído como órgão de apoio vinculado ao Comitê Executivo, no âmbito da estrutura de governança corporativa do GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE, tendo como objetivo avaliar e acompanhar, bem como auxiliar a alta direção no processo de avaliação e decisão quanto aos riscos corporativos e controles internos, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração. • **Comitê de auditoria:** órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração que tem como atribuições, entre outras, revisar as demonstrações financeiras à luz das práticas contábeis vigentes; avaliar a qualidade do sistema de controles internos à luz da regulamentação vigente e dos códigos internos; avaliar a efetividade das auditorias independente e interna; e propor ao Conselho de Administração o aprimoramento das políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições. • **Comitê executivo:** cabe a este comitê zelar pela agilidade e qualidade do processo decisório da Seguradora. Possui atribuições específicas que colaboram com o ambiente de controles internos tais como a gestão dos processos de prevenção e combate à lavagem de dinheiro, a divulgação e disseminação dos mais elevados padrões de conduta ética e a otimização de recursos. O relacionamento dos Comitês com a Alta Administração respeita as alcadas definidas pelo sistema normativo. Contudo, sempre é respeitado o nível de independência requerido para as análises técnicas. Os regimentos dos Comitês contêm a definição de suas atribuições e nível de reporte. Ainda com o intuito de gerir os riscos aos quais a Seguradora está exposta, a Auditoria Interna possui um importante papel. A sua independência de atuação e a continuidade dos exames efetuados colaboram para uma gestão de riscos adequada ao perfil da Seguradora. A auditoria interna fornece análises, apreciações, recomendações, pareceres e informações relativas às atividades examinadas, promovendo, assim, um controle efetivo a um custo razoável. O escopo da Auditoria Interna está voltado ao exame e à avaliação da adequação e eficácia do sistema de controle interno, bem como à qualidade do desempenho no cumprimento das atribuições e responsabilidades. **Risco de subscrição:** A Seguradora define risco de subscrição como o risco transferido por qualquer contrato em que haja a possibilidade futura de o evento de sinistro ocorrer e exista incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. Os contratos de seguro que transferem risco significativo são aqueles em que a Seguradora possui a obrigação de pagamento de um benefício adicional significativo aos seus segurados em cenários com substância comercial, classificados por meio da comparação entre cenários nos quais o evento ocorra, afetando os segurados de forma adversa, e cenários em que o evento não ocorra. Pela natureza intrínseca de um contrato de seguro, o seu risco é de certa forma, acidental e consequentemente sujeito a oscilações. Para um grupo de contratos de seguro em que a teoria da probabilidade é aplicada para a precificação e provisionamento, a Seguradora entende que o principal risco transferido para a Seguradora é o risco de que sinistros avisados e os pagamentos de benefícios resultantes desses eventos excedam o valor contábil dos passivos de contratos de seguros. Essas situações ocorrem, na prática, quando a frequência e severidade dos sinistros e benefícios aos segurados são maiores do que previamente estimados, segundo a metodologia de cálculo desses passivos. A experiência histórica demonstra que, quanto maior o grupo de contratos de riscos similares, menor seria a variabilidade sobre os fluxos de caixa que a Seguradora incorreria para fazer face aos eventos de sinistros. A Seguradora utiliza estratégias de diversificação de riscos e programas de resseguro, com resseguradoras que possuam rating de risco de crédito de alta qualidade, de forma que o resultado adverso de eventos atípicos e vultos seja minimizado. Não obstante, o risco de subscrição é minimizado em função da menor parcela dos riscos acéticos possuírem importâncias segurdas elevadas. **Concentração de riscos:** As exposições a concentração de riscos são monitoradas analisando as concentrações em determinadas áreas geográficas. O quadro abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio por região e por segmento de seguro baseada no valor de prêmio emitido bruto e líquido de resseguro.

Região geográfica	Bruto de resseguro (*)							Líquido de resseguro(**)								
	2015							2015								
	Auto	%	Danos	%	Demais	%	Total	Auto	%	Danos	%	Demais	%	Total		
Centro-Oeste	195.429	3%	39.076	1%	94.060	1%	328.565	5%	195.429	4%	16.295	0%	79.396	2%	291.120	6%
Nordeste	518.045	8%	46.560	1%	587.696	10%	1.152.301	19%	518.045	11%	27.832	1%	555.904	11%	1.100.971	23%
Norte	66.323	1%	3.579	0%	42.191	1%	112.093	2%	66.323	1%	2.675	0%	34.867	1%	103.865	2%
Sudeste	1.422.646	23%	406.031	7%	1.224.237	20%	3.052.914	50%	1.422.646	30%	164.560	3%	373.582	8%	1.960.788	41%
Sul	801.371	13%	146.285	2%	547.381	9%	1.495.037	24%	801.371	17%	102.232	2%	441.948	9%	1.345.551	28%
Total	3.003.814	48%	641.531	11%	2.495.565	41%	6.140.910	100%	3.003.814	63%	313.594	6%	1.484.887	31%	4.802.295	100%

Região geográfica	Bruto de resseguro (*)							Líquido de resseguro(**)								
	2014							2014								
	Auto	%	Danos	%	Demais	%	Total	Auto	%	Danos	%	Demais	%	Total		
Centro-Oeste	196.196	4%	48.762	1%	52.874	1%	297.832	6%	196.196	5%	25.055	1%	37.379	1%	258.630	7%
Nordeste	238.070	5%	34.533	1%	45.234	1%	317.837	7%	238.070	6%	24.352	1%	36.214	1%	298.636	8%
Norte	40.451	1%	7.903	0%	6.904	0%	55.258	1%	40.452	1%	4.450	0%	5.896	0%	50.798	1%
Sudeste	1.649.336	31%	740.972	14%	845.660	16%	3.235.968	61%	1.647.437	40%	240.947	6%	464.494	11%	2.352.878	57%
Sul	748.464	14%	236.195	5%	286.819	6%	1.271.478	25%	748.455	18%	171.787	4%	196.029	5%	1.116.271	27%
Total	2.872.517	55%	1.068.365	21%	1.237.491	24%	5.178.373	100%	2.870.610	70%	466.591	12%	740.012	18%	4.077.213	100%

(*) As operações estão líquidas de RVNE e DPVAT, respectivamente, no montante de R\$ (23.907) e R\$ 192.399 (R\$ 122.135 e R\$ 134.798 em 2014).

(**) Não inclui RVNE de resseguro no valor de R\$ (3.788) (R\$ 48.857 em 2014).

Sensibilidade do risco de subscrição: O teste de sensibilidade foi elaborado para explicitar como seriam afetados o resultado e o patrimônio líquido caso ocorram alterações razoavelmente possíveis nas variáveis de risco relevante à data do balanço. As provisões técnicas representam valor significativo do passivo e correspondem a diversos compromissos financeiros futuros da Seguradora com seus clientes. Em função da relevância do montante financeiro e das incertezas que envolvem os cálculos das provisões, foram consideradas na análise as variáveis mais relevantes para cada tipo de negócio. Como fatores de risco elegeram-se as variáveis abaixo:

a) Provisões técnicas: Provisão de IBNR: Simulamos como um possível e razoável aumento no atraso entre a data de aviso e a data de ocorrência dos sinistros poderia afetar o saldo da provisão de IBNR e consequente resultado e o patrimônio líquido. O parâmetro de sensibilidade utilizado considerou um agravamento de 13,34% (9,73% em dezembro de 2014) nos fatores de crescimento acumulado de sinistros ocorridos e avisados (desenvolvimento dos sinistros), com base na variabilidade média desses fatores. **b) Sinistralidade:** Simulamos a elevação de 5% na sinistralidade da carteira.

Fator de risco	2015			2014		
	Sensibilidade	Impacto no resultado/PL	Impacto no resultado/PL	Sensibilidade	Impacto no resultado/PL	Impacto no resultado/PL
a. Provisões Técnicas	Total	Alteração das principais premissas das provisões técnicas	(20.913)	Total	Alteração das principais premissas das provisões técnicas	(15.190)
a. IBNR	Aumento	Coefficiente de variação dos fatores de IBNR	(20.913)	Aumento	Coefficiente de variação dos fatores de IBNR	(15.190)
b. Sinistralidade	Aumento	Elevação de 5% na sinistralidade	(142.605)	Aumento	Elevação de 5% na sinistralidade	(121.520)

Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros e ativos de resseguro, como consequência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações contratuais com a Seguradora. A Administração possui políticas para garantir que limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos por meio do monitoramento e cumprimento da política de risco de crédito para os ativos financeiros individuais ou coletivos que compartilham riscos similares e levando em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado. O risco de crédito pode se materializar por meio dos seguintes fatos: • Perdas decorrentes de inadimplência, por falta de pagamento do prêmio ou de suas parcelas por parte dos segurados; • Possibilidade de algum emissor de títulos privados não honrar com o pagamento previsto no vencimento; • Incapacidade ou inviabilidade de recuperação de comissões pagas aos corretores quando as apólices forem canceladas; e • Colapso ou deterioração na capacidade de crédito dos cosseguradores e resseguradores. **Exposição ao risco de crédito de seguro:** A exposição ao risco de crédito para prêmios a receber difere entre os ramos de riscos a decorrer e riscos decorridos, em que nos ramos de riscos decorridos a exposição é maior, uma vez que a cobertura é dada em antecedência ao pagamento do prêmio de seguro. A Administração entende que, no que se refere às operações de seguros, há uma exposição reduzida ao risco de crédito, uma vez que a Seguradora opera com diversos tipos de produtos. Em relação às operações de resseguro, a Seguradora está exposta a concentrações de risco com resseguradoras individuais, devido à natureza do mercado de resseguro e à faixa restrita de resseguradoras que possuem classificações de crédito aceitáveis. A Seguradora adota uma política de gerenciar as exposições das contrapartes de resseguro, operando somente com resseguradoras com alta qualidade de crédito refletidas nos ratings atribuídos por agências classificadoras. No caso da resseguradora local MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros foi considerado o rating da MAPFRE RE da Espanha.

Prêmio cedido aos resseguradores:

Rating	2015				2014			
	Local	Admitida	Eventual	Total	Local	Admitida	Eventual	Total
A-	65.911	84.572	14.102	164.585	60.674	81.926	5.946	148.546
A-	774.713	2.444	9.586	786.743	597.600	2.533	3.854	603.987
A+	–	258.606	8.950	267.556	2.202	243.797	17.839	263.838
AAA	5.118	–	–	5.118	5.506	–	–	5.506
AA	1.990	8.874	3.743	14.607	–	7.488	–	9.911
AA-	21.593	46.656	4.739	72.988	–	20.371	19.491	39.862
AA+	–	–	3.346	3.346	–	330	14.095	14.425
BAA1	5.804	–	–	5.804	–	–	–	–
BB+	–	–	20	20	–	–	–	–
BBB+	–	–	–	–	14.314	–	771	15.085
BBB-	14.867	–	634	15.501	–	–	–	–
BrA+	592	–	–	592	–	–	–	–
BRA-	1.755	–	–	1.755	–	–	–	–
Total	892.343	401.152	45.120	1.338.615	680.296	356.445	64.419	1.101.160

(*) Não inclui RVNE de resseguro no valor de R\$ (3.788) (R\$ 48.857 em 2014).

O gerenciamento de risco de crédito de seguro referente às operações com resseguros incluí o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como *Am Best*, *Fitch Ratings*, *Standard & Poor's* e *Moody's*. Os resseguradores são sujeitos a um processo de análise de risco de crédito em uma base contínua para garantir que os objetivos de mitigação de risco de subscrição e de crédito sejam atingidos. Alguns focos de atenção para o risco de crédito são: evitar a concentração de negócios em resseguradores, em grupos de clientes, e em mesmo grupo econômico ou até em regiões geográficas. As diretrizes de resseguros também colaboram para o monitoramento do risco de crédito de seguros e são determinadas através de norma interna. **Gerenciamento do risco de crédito:** A Política de Investimentos prevê a diversificação da carteira de investimentos (ativos financeiros), com o estabelecimento de limites de exposição por emissor e a exigência de rating mínimo “A” para alocação, com raras exceções. No caso de rebaixamento do rating a Administração avalia a manutenção da posição. Abaixo apresenta-se o quadro demonstrativo das classificações de rating em 31 de dezembro de 2015:

Ativos financeiros - rating	2015			2014		
	AAA	AA+	A+	BBB-	Sem rating	Total
Títulos de renda fixa públicos (*)	2.265.904	–	–	–	–	2.265.904
Certificados de depósito bancário (CDB)	26.686	138.729	28.375	–	–	204.524
Debêntures	78.622	7.526	–	–	–	86.148
Outras aplicações	–	–	–	–	726	726
Total	2.371.212	146.255	28.375	10.734	726	2.557.302

Ativos financeiros - rating	2014			2014		
	AAA	AA+	AA	Sem rating	Total	Total
Títulos de renda fixa públicos (*)	2.011.899	–	–	–	–	2.011.899
Certificados de depósito bancário (CDB)	8.726	8.292	148.621	–	–	165.639
Debêntures	72.877	–	–	–	–	72.877
Outras aplicações	–	–	–	726	726	726
Total	2.093.502	8.292	148.621	726	2.251.141	2.251.141

(*) Inclui operações compromissadas no montante de R\$ 247.639 (R\$ 535.448 em 2014) com lastro em títulos públicos.

O gerenciamento de risco de crédito referente aos instrumentos financeiros inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por agências avaliadoras de riscos, tais como *Standard & Poor's*, *Fitch Rating* e *Moody's*. A Seguradora efetua diversas análises de sensibilidade e testes de stress como ferramentas de gestão de riscos financeiros. Os resultados dessas análises são utilizados para mitigação de riscos e o entendimento do impacto sobre os resultados e o patrimônio líquido da Seguradora em condições normais e em condições de stress. Esses testes levam em consideração cenários históricos e cenários de condições de mercado previstas para períodos futuros, tendo seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão, bem como na identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Seguradora. **Risco de liquidez:** O risco de liquidez está relacionado tanto com a incapacidade de a Seguradora liquidar seus compromissos, como com as dificuldades ocasionadas na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação. A Seguradora possui política específica que estabelece índices de liquidez mínimos requeridos para suprir quaisquer necessidades de financiamentos e compromissos. Uma forte posição de liquidez é mantida por meio da gestão do fluxo caixa e equilíbrio entre ativos e passivos para manter recursos financeiros suficientes para cumprir as obrigações à medida que estas atingem seu vencimento. **Exposição ao risco de liquidez:** O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa, considerando também os passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro. **Gerenciamento do risco de liquidez:** A Administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados. São aprovados, anualmente, pela Diretoria os níveis mínimos de liquidez a serem mantidos, assim como os instrumentos para gestão da liquidez, tendo como base as premissas estabelecidas na Política de Investimentos, a qual é aprovada pelo Conselho de Administração. O gerenciamento do risco de liquidez é realizado pela Diretoria Geral de Administração, Finanças e Marketing e tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações. A Seguradora monitora, por meio da gestão de ativos e passivos (*ALM - Asset and Liability Management*), as entradas e os desembolsos futuros, a fim de manter o risco de liquidez em níveis aceitáveis e, caso necessário, acompanhar com antecedência possíveis necessidades de redirecionamento dos investimentos. Outro aspecto importante referente ao gerenciamento de risco de liquidez é o casamento dos fluxos de caixa dos ativos e passivos. Para uma proporcão significativa dos contratos de seguros de vida o fluxo de caixa está vinculado, direta e indiretamente, com os ativos que suportam esses contratos. Para os demais contratos de seguros, o objetivo é selecionar ativos com prazos e valores com vencimento equivalente ao fluxo de caixa esperado para os sinistros/benefícios desses ramos. As estimativas utilizadas para determinar os valores e prazos aproximados para o pagamento de indenizações e benefícios são revisadas mensalmente. Essas estimativas são inerentemente subjetivas e podem impactar diretamente na capacidade em manter o equilíbrio de ativos e passivos. Não obstante a Seguradora apresenta índice de liquidez negativa na distribuição das faixas dos *agings* do ativo e do passivo, não apresenta insuficiência de liquidez, uma vez que mantém aplicações financeiras classificadas como disponíveis para venda que podem ser utilizadas no caso de necessidade de fluxo de caixa.

	até 1 ano	de 1 a 5 anos	acima de 5 anos	2015 Total
Disponível	131.920	–	–	131.920
Equivalentes de caixa	19.819	–	–	19.819
Aplicações (*)	586.051	1.092.137	638.522	2.316.710
Créditos das operações com seguros e resseguros	2.823.838	72.648	–	2.896.486
Ativos de resseguro - provisões técnicas (**)	1.441.778	765.096	112.400	2.319.274
Outros créditos operacionais	79.414	–	–	79.414
Títulos e créditos a receber (**)	188.147	–	–	188.147
Outros valores e bens	219.052	–	–	219.052
Despesas antecipadas	11.623	–	–	11.623
Custos de aquisição diferidos	517.772	54.494	–	572.266
Outras aplicações	208	518	–	726
Total do ativo	6.019.622	1.984.893	750.922	8.755.437
Provisões técnicas (*)/(**)	3.598.718	1.774.731	213.322	5.586.771
Contas a pagar	514.948	384	–	

* continuação

MAPFRE Seguros Gerais S.A. - CNPJ nº 61.074.175/0001-38

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS - 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais)

c) Composição por prazo e por título: Apresentamos a seguir a composição dos ativos financeiros por prazo e por título. Os ativos financeiros classificados a valor justo por meio do resultado estão apresentados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com o vencimento dos títulos.

2015	1 a 30 dias ou sem vencimento			181 a 360 dias			Acima de 360 dias			Valor contábil/Valor justo		Ajuste a valor justo (22.158)
	1 a 30 dias ou sem vencimento	31 a 180 dias	181 a 360 dias	360 dias	Acima de 360 dias	Valor contábil/Valor justo	Valor justo	Valor curva	Valor justo	Valor justo		
Valor justo por meio do resultado	564.235	1.179	2.075	149.787	149.787	717.276	717.276	859.878	859.878	882.036	(22.158)	
Fundos de investimentos	564.235	1.179	2.075	149.787	149.787	717.276	717.276	859.878	859.878	882.036	(22.158)	
Cotas de fundos de investimento - DPVAT	239.866	--	--	--	--	239.866	239.866	239.866	239.866	239.866	--	
Letras financeiras do tesouro	75.424	--	--	143.637	143.637	219.061	219.061	219.061	219.061	219.061	--	
Notas do tesouro nacional (NTN-B)	--	--	210	252	252	462	462	462	462	462	--	
Operações compromissadas	247.639	--	--	247.639	247.639	247.639	247.639	247.639	247.639	247.639	--	
Títulos da dívida agrária	11	1.179	1.865	5.898	5.898	8.953	8.953	8.953	8.953	8.953	--	
Outros Caixa/Valores a Pagar/Receber/DI	1.295	--	--	1.295	1.295	1.295	1.295	1.295	1.295	1.295	--	
Disponíveis para venda	1.040	29.427	92.263	737.148	737.148	859.878	859.878	859.878	859.878	882.036	(22.158)	
Carteira administrada	1.040	29.427	92.263	737.148	737.148	859.878	859.878	859.878	859.878	882.036	(22.158)	
Certificados de depósito bancário	--	10.734	63.417	--	--	74.151	74.151	74.151	74.151	74.151	--	
Debêntures	--	--	17.521	26.864	26.864	44.385	44.385	44.385	44.385	44.385	(1.345)	
Notas do tesouro nacional (NTN-B)	--	--	--	578.947	578.947	578.947	578.947	578.947	578.947	578.947	(7.345)	
Notas do tesouro nacional (NTN-C)	--	--	--	24.962	24.962	24.962	24.962	24.962	24.962	24.962	(883)	
Notas do tesouro nacional (NTN-F)	--	--	--	70.334	70.334	70.334	70.334	70.334	70.334	70.334	(12.545)	
Títulos da dívida agrária	1.040	18.693	11.325	36.041	36.041	67.099	67.099	67.099	67.099	67.139	(40)	
Mantidos até o vencimento	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	
Fundos de investimentos	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	
Debêntures	--	--	19.925	14.125	14.125	34.050	34.050	34.050	34.050	34.050	--	
Letras do tesouro nacional	--	--	--	20.831	20.831	19.983	19.983	19.983	19.983	19.983	--	
Notas do tesouro nacional (NTN-B)	--	--	--	278.710	278.710	278.710	278.710	278.710	278.710	278.710	--	
Notas do tesouro nacional (NTN-C)	--	--	--	16.584	16.584	15.310	15.310	15.310	15.310	15.310	--	
Notas do tesouro nacional (NTN-F)	--	--	--	491.161	491.161	443.320	443.320	443.320	443.320	443.320	--	
Carteira administrada	--	--	134.068	4.018	4.018	138.086	138.086	138.086	138.086	137.737	(360)	
Certificados de depósito bancário	--	--	130.373	--	--	130.373	130.373	130.373	130.373	130.373	--	
Debêntures	--	--	3.695	4.018	4.018	7.713	7.713	7.713	7.713	7.364	--	
Outras aplicações	208	--	--	518	518	726	726	726	726	726	--	
Outras aplicações	208	--	--	518	518	726	726	726	726	726	--	
2014	735.985	26.474	4.738	130.719	130.719	897.916	897.916	897.916	897.916	897.916	(5.069)	
Valor justo por meio do resultado	735.985	26.474	4.738	130.719	130.719	897.916	897.916	897.916	897.916	897.916	(5.069)	
Fundos de investimentos	735.985	17.748	4.738	86.977	86.977	845.448	845.448	845.448	845.448	845.448	(5.069)	
Cotas de fundos de investimento - DPVAT	200.443	--	--	200.443	200.443	200.443	200.443	200.443	200.443	200.443	--	
Letras financeiras do tesouro	--	7.866	--	79.297	79.297	87.163	87.163	87.163	87.163	87.163	--	
Notas do tesouro nacional (NTN-B)	--	128	--	455	455	583	583	583	583	583	--	
Operações compromissadas	535.448	--	--	535.448	535.448	535.448	535.448	535.448	535.448	535.448	--	
Títulos da dívida agrária	94	2.065	4.738	7.225	7.225	14.122	14.122	14.122	14.122	14.122	--	
Certificados de depósito bancário	--	7.689	--	7.689	7.689	7.689	7.689	7.689	7.689	7.689	--	
Carteira administrada	--	8.726	--	52.468	52.468	52.468	52.468	52.468	52.468	52.468	(8.726)	
Certificados de depósito bancário	--	8.726	--	43.742	43.742	43.742	43.742	43.742	43.742	43.742	--	
Letras financeiras do tesouro	--	--	--	8.726	8.726	8.726	8.726	8.726	8.726	8.726	--	
Disponíveis para venda	1.023	43.635	28.233	442.752	442.752	515.643	515.643	515.643	515.643	520.712	(5.069)	
Carteira administrada	1.023	43.635	28.233	442.752	442.752	515.643	515.643	515.643	515.643	520.712	(5.069)	
Certificados de depósito bancário	--	--	8.292	--	--	8.292	8.292	8.292	8.292	8.292	--	
Debêntures	--	--	--	40.902	40.902	41.560	41.560	41.560	41.560	41.560	(658)	
Notas do tesouro nacional (NTN-B)	--	--	--	114.918	114.918	115.734	115.734	115.734	115.734	115.734	(816)	
Notas do tesouro nacional (NTN-C)	--	--	--	23.498	23.498	23.411	23.411	23.411	23.411	23.411	87	
Notas do tesouro nacional (NTN-F)	--	--	--	202.292	202.292	205.428	205.428	205.428	205.428	205.428	(3.136)	
Títulos da dívida agrária	1.023	43.635	19.941	61.142	61.142	125.741	125.741	125.741	125.741	126.287	(546)	
Mantidos até o vencimento	--	26.433	--	810.423	810.423	836.856	836.856	836.856	836.856	825.827	(10.929)	
Fundos de investimentos	--	26.433	--	695.924	695.924	722.357	722.357	722.357	722.357	711.328	(10.929)	
Certificados de depósito bancário	--	26.433	--	26.433	26.433	26.433	26.433	26.433	26.433	26.433	--	
Debêntures	--	--	--	31.975	31.975	30.839	30.839	30.839	30.839	30.839	--	
Letras do tesouro nacional	--	--	--	20.287	20.287	19.607	19.607	19.607	19.607	19.607	--	
Notas do tesouro nacional (NTN-B)	--	--	--	212.733	212.733	216.442	216.442	216.442	216.442	216.442	--	
Notas do tesouro nacional (NTN-C)	--	--	--	16.346	16.346	15.574	15.574	15.574	15.574	15.574	--	
Notas do tesouro nacional (NTN-F)	--	--	--	414.583	414.583	402.433	402.433	402.433	402.433	402.433	--	
Carteira administrada	--	--	--	114.499	114.499	114.499	114.499	114.499	114.499	114.499	--	
Certificados de depósito bancário	--	--	--	114.499	114.499	114.499	114.499	114.499	114.499	114.499	--	
Outras aplicações	208	--	--	518	518	726	726	726	726	726	--	
Outras aplicações	208	--	--	518	518	726	726	726	726	726	--	

d) Determinação do valor justo: O valor justo das aplicações em fundos de investimentos foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Os títulos de renda fixa públicos tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). Os títulos de renda fixa (debêntures) tiveram suas cotações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). Para os demais títulos de renda fixa ativos, sem cotação em mercado, o valor justo é apurado utilizando-se metodologia própria - "Market to Model" do administrador com o uso máximo de informações observáveis no mercado. Os critérios de precificação dos instrumentos financeiros derivativos são definidos pelo administrador das carteiras e pelo custodiante, sendo utilizadas curvas e taxas divulgadas pela ANBIMA e BM&FBovespa para cálculos constantes no manual de precificação da instituição, em conformidade com o código de autorregulação da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). As aplicações financeiras são custodiadas, registradas e negociadas na BM&FBovespa, na SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia, CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação e na CBLC - Central Brasileira de Liquidação e Custódia. **e) Hierarquia de valor justo:** A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como se segue: • Nível 1: títulos com cotação em mercado ativo; • Nível 2: títulos não cotados nos mercados abrangidos no "Nível 1" cuja precificação é direta ou indiretamente observável; • Nível 3: Quando são valorizados com base em modelos de avaliação, cujas variáveis ou não conhecidas, ou não são passíveis de ser suportadas por evidência de mercado, tendo estas um peso significativo na valorização obtida.

Valor justo por meio do resultado	2015			2014		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
717.276	--	--	717.276	881.501	16.415	897.916
Fundos de investimentos	717.276	--	717.276	837.759	7.689	845.448
Cotas de fundos de investimento - DPVAT	239.866	--	239.866	200.443	--	200.443
Certificados de depósito bancário	--	--	--	--	7.689	7.689
Letras financeiras do tesouro	219.061	--	219.061	87.163	--	87.163
Notas do tesouro nacional (NTN-B)	462	--	462	583	--	583
Operações compromissadas	247.639	--	247.639	535.448	--	535.448
Títulos da dívida agrária	8.953	--	8.953	14.122	--	14.122
Outros/ Caixa/Valores a Pagar/Receber/DI	1.295	--	1.295	--	--	--
Carteira administrada	--	--	--	43.742	8.726	52.468
Certificados de depósito bancário	--	--	--	--	8.726	8.726
Letras financeiras do tesouro	--	--	--	43.742	--	43.742
Disponíveis para venda	741.342	118.536	859.878	466.449	49.194	515.643
Carteira administrada	741.342	118.536	859.878	466.449	49.194	515.643
Certificados de depósito bancário	--	74.151	74.151	--	8.292	8.292
Debêntures	--	44.385	44.385	--	40.902	40.902
Notas do tesouro nacional (NTN-B)	578.947	--	578.947	114.918	--	114.918
Notas do tesouro nacional (NTN-C)	24.962	--	24.962	23.498	--	23.498
Notas do tesouro nacional (NTN-F)	70.334	--	70.334	202.292	--	202.292
Títulos da dívida agrária	67.099	--	67.099	125.741	--	125.741
Mantidos até o vencimento	726.528	171.787	898.315	654.056	171.771	825.827
Fundos de investimentos	726.528	34.050	760.578	654.056	57.272	711.328
Certificados de depósito bancário	--	--	--	--	26.433	26.433
Debêntures	--	34.050	34.050	--	30.839	30.839
Letras do tesouro nacional	19.983	--	19.983	19.607	--	19.607
Notas do tesouro nacional (NTN-B)	247.915	--	247.915	216.442	--	216.442
Notas do tesouro nacional (NTN-C)	15.310	--	15.310	15.574	--	15.574
Notas do tesouro nacional (NTN-F)	443.320	--	443.320</			

MAPFRE Seguros Gerais S.A. - CNPJ nº 61.074.175/0001-38

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS - 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais)

	Provisão de prêmios não ganhos - PPNG	Provisão de sinistros a liquidar-PSL	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNeR	Provisão de despesas relacionadas - PDR	Provisão de excedente técnico - PET	Outras provisões	Saldo final
Resseguros								
Saldo inicial do exercício	454.829	639.427	55.604	(31.291)	808	-	15.994	1.135.371
Constituições/Reversões	192.858	-	25.068	-	10.743	-	-	-
Outras reversões	-	-	-	(18.243)	-	-	(15.994)	-
Aviso de sinistros	-	1.114.331	-	-	-	-	-	-
Pagamento de sinistros	-	(404.205)	-	-	-	-	-	-
Ajuste de estimativa de sinistros	-	(409.131)	-	-	-	-	-	-
Atualizações	-	9.934	-	-	-	-	-	-
Incorporação (nota 32)	-	55	-	-	-	-	-	-
Total das provisões técnicas	647.687	950.411	80.672	(49.534)	11.551	-	-	1.640.787
Custos de aquisição diferido								
Saldo no início do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituições/Reversões	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo no final do exercício								

23. DESENVOLVIMENTO DE SINISTROS

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem o objetivo de apresentar o grau de incerteza existente na estimativa do montante de sinistros avisados na data de encerramento das demonstrações financeiras. Partindo do ano em que o sinistro avisado e o montante estimado neste mesmo período, na primeira linha do quadro abaixo, é apresentado como este montante varia no decorrer dos anos, conforme são obtidas informações mais precisas sobre a frequência e severidade do sinistro à medida que os sinistros são avisados para a Seguradora. Nas linhas abaixo do quadro são apresentados os montantes de sinistros esperados, por ano de aviso e, destes, os totais de sinistros cujo pagamento foi realizado e os totais de sinistros pendentes de pagamento, conciliados com os saldos contábeis. Este quadro contempla as operações de seguros diretos, cosseguro aceito e dedução do cosseguro e resseguro cedido. Não estão incluídas as operações do consórcio DPVAT.

Bruto de resseguros	Até 2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Data de aviso										
Montante estimado para os sinistros										
No ano do aviso	2.882.105	1.417.906	1.311.314	1.591.618	2.131.987	2.933.188	2.812.958	3.274.447	3.601.271	3.601.271
Um ano após o aviso	3.018.116	1.345.391	1.361.293	1.643.299	2.203.468	2.859.906	2.782.852	3.547.820	-	3.547.820
Dois anos após o aviso	3.020.867	1.365.546	1.428.041	1.673.994	2.245.669	2.848.235	2.820.031	-	-	2.820.031
Três anos após o aviso	3.033.780	1.375.983	1.428.166	1.701.648	2.242.771	2.895.608	-	-	-	2.895.608
Quatro anos após o aviso	3.067.856	1.385.681	1.437.480	1.714.100	2.270.155	-	-	-	-	2.270.155
Cinco anos após o aviso	3.090.147	1.398.067	1.434.749	1.722.780	-	-	-	-	-	1.722.780
Seis anos após o aviso	3.107.244	1.403.917	1.449.404	-	-	-	-	-	-	1.449.404
Sete anos após o aviso	3.112.505	1.416.927	-	-	-	-	-	-	-	1.416.927
Oito anos ou mais após o aviso	3.123.754	1.416.927	1.449.404	1.722.780	2.270.155	2.895.608	2.820.031	3.547.820	3.601.271	22.847.750
Estimativa de Sinistros Incorridos em 31.12.2015	3.041.353	1.382.442	1.409.699	1.683.255	2.189.926	2.770.273	2.693.193	3.051.353	2.458.416	20.679.910
Pagamentos efetuados até 31.12.2015	82.401	34.485	39.705	39.525	80.229	125.335	126.838	496.467	1.142.855	2.167.840
Provisão Agregada de Sinistros em 31.12.2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	302.035
Total de provisão (PSL, IBNR, IBNeR, PDR sem DPVAT e retrocessão)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.469.875
Provisões DPVAT	-	-	-	-	-	-	-	-	-	239.799
Retrocessão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	726
Total de provisão (PSL, IBNR, IBNeR, PDR)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.710.400

Data de aviso	Até 2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Montante de sinistros pagos										
No ano do aviso	2.452.171	972.661	1.006.534	1.187.712	1.533.541	2.153.977	2.014.094	2.189.118	2.458.416	2.458.416
Um ano após o aviso	2.797.090	1.289.324	1.307.187	1.582.236	2.007.503	2.669.694	2.579.773	3.051.353	-	3.051.353
Dois anos após o aviso	2.890.389	1.322.121	1.349.951	1.626.025	2.116.248	2.758.056	2.693.193	-	-	2.693.193
Três anos após o aviso	2.925.661	1.340.416	1.369.088	1.648.104	2.173.148	2.770.273	-	-	-	2.770.273
Quatro anos após o aviso	2.963.262	1.351.152	1.383.588	1.669.772	2.189.926	-	-	-	-	2.189.926
Cinco anos após o aviso	2.989.691	1.366.812	1.396.027	1.683.255	-	-	-	-	-	1.683.255
Seis anos após o aviso	3.007.776	1.375.448	1.409.699	-	-	-	-	-	-	1.409.699
Sete anos após o aviso	3.031.303	1.382.442	-	-	-	-	-	-	-	1.382.442
Oito anos ou mais após o aviso	3.041.353	-	-	-	-	-	-	-	-	3.041.353
Pagamentos efetuados até 31.12.2015	3.041.353	1.382.442	1.409.699	1.683.255	2.189.926	2.770.273	2.693.193	3.051.353	2.458.416	20.679.910

Liquido de resseguros	Até 2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Data de aviso										
Montante estimado para os sinistros										
No ano do aviso	2.505.927	1.059.388	1.199.562	1.424.178	1.773.873	2.402.233	2.260.859	2.225.481	2.652.949	2.652.949
Um ano após o aviso	2.585.781	1.040.749	1.233.502	1.473.562	1.910.290	2.269.595	1.932.853	2.008.135	-	2.008.135
Dois anos após o aviso	2.593.157	1.058.421	1.271.482	1.497.292	1.936.082	2.153.564	1.896.207	-	-	1.896.207
Três anos após o aviso	2.609.509	1.067.413	1.276.904	1.530.566	1.780.822	2.140.717	-	-	-	2.140.717
Quatro anos após o aviso	2.639.606	1.079.909	1.286.351	1.472.757	1.777.914	-	-	-	-	1.777.914
Cinco anos após o aviso	2.651.218	1.085.340	1.266.384	1.483.619	-	-	-	-	-	1.483.619
Seis anos após o aviso	2.648.300	1.084.162	1.269.378	-	-	-	-	-	-	1.269.378
Sete anos após o aviso	2.651.338	1.087.664	-	-	-	-	-	-	-	1.087.664
Oito anos ou mais após o aviso	2.650.855	-	-	-	-	-	-	-	-	2.650.855
Estimativa de Sinistros Incorridos em 31.12.2015	2.650.855	1.087.664	1.269.378	1.483.619	1.777.914	2.140.717	1.896.207	2.008.135	2.652.949	16.967.438
Pagamentos efetuados até 31.12.2015	2.583.524	1.063.166	1.249.508	1.452.711	1.748.635	2.104.844	1.891.749	1.945.452	2.176.860	14.409.699
Provisão de Sinistros a Liquidar no período de análise	67.327	24.498	19.870	30.908	29.279	35.873	4.458	62.683	476.089	750.985
Provisão Agregada de Sinistros em 31.12.2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	238.127
Total de provisão (PSL, IBNR, IBNeR, PDR sem DPVAT e retrocessão)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	989.112
Provisões DPVAT	-	-	-	-	-	-	-	-	-	239.799
Retrocessão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	726
Total de provisão (PSL, IBNR, IBNeR, PDR)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.229.637

Data de aviso	Até 2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Montante de sinistros pagos										
No ano do aviso	2.248.469	778.923	938.270	1.120.891	1.423.579	1.843.991	1.832.183	1.763.112	2.176.860	2.176.860
Um ano após o aviso	2.468.542	1.010.259	1.204.483	1.446.975	1.823.179	2.194.825	1.893.842	1.945.452	-	1.945.452
Dois anos após o aviso	2.508.998	1.028.422	1.232.813	1.474.193	1.892.596	2.108.139	1.891.749	-	-	1.891.749
Três anos após o aviso	2.533.319	1.041.104	1.246.660	1.490.154	1.748.609	2.104.844	-	-	-	2.104.844
Quatro anos após o aviso	2.562.362	1.050.287	1.258.874	1.443.906	1.748.635	-	-	-	-	1.748.635
Cinco anos após o aviso	2.574.830	1.061.888	1.241.065	1.452.711	-	-	-	-	-	1.452.711
Seis anos após o aviso	2.561.858	1.066.732	1.249.508	-	-	-	-	-	-	1.249.508
Sete anos após o aviso	2.576.279	1.063.166	-	-	-	-	-	-	-	1.063.166
Oito anos ou mais após o aviso	2.583.528	-	-	-	-	-	-	-	-	2.583.528
Pagamentos efetuados até 31.12.2015	2.583.528	1.063.166	1.249.508	1.452.711	1.748.635	2.104.844	1.891.749	1.945.452	2.176.860	16.216.453

24. COBERTURA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

	2015	2014
Provisões técnicas	5.826.570	5.070.017
Custos de aquisição diferidos redutores de PPNG	(457.202)	(352.560)
Parcela correspondente a resseguros contratados	(1.837.548)	(1.465.744)
Direitos creditórios	(1.184.937)	(1.168.970)
Provisões retidas pelo IRB	(173)	(173)
DPVAT	(239.799)	(200.407)
Total a ser coberto	2.106.911	1.882.163
Bens oferecidos em cobertura:		
Quotas e fundos de investimentos	1.318.747	1.367.361
Títulos de renda fixa - públicos	741.342	510.191
Títulos de renda fixa - privados	253.299	169.807
Imóveis	29.517	33.682
Total	2.342.905	2.081.041
Ativos livres	235.994	198.878

25. PROVISÃO DE SINISTROS A LIQUIDAR JUDICIAL

a) Composição das ações judiciais de sinistros por probabilidade de perda

	2015	2014
Quantidade	Valor da causa	Valor da provisão
Provável	11.634	359.017
	359.017	359.017
	10.807	282.114
	282.114	282.114

b) Composição das ações por ano

Ano de abertura	Quantidade	PSL judicial	Ano de abertura	Quantidade	PSL judicial
Até 2000	308	24.620	Até 2000	333	21.660
de 2001 a 2005	960	25.179	de 2001 a 2005	1.162	29.535
de 2006 a 2010	2.737	108.274	de 2006 a 2010	3.593	102.487
de 2011 a 2015	7.629	200.944	de 2011 a 2014	5.719	128.432
Total	11.634	359.017	Total	10.807	282.114

Prazo médio para pagamentos dos sinistros judiciais é de 895 dias.

c) Movimentação da provisão de sinistros judiciais

	2015	2014
Saldo no início do exercício	282.114	234.852
Total provisionado até o fechamento do período anterior	(75.625)	(54.735)
Quantidade de ações pagas no período	44.545	54.411
Novas constituições no exercício	3.379	2.341
Quantidade de ações referentes a novas constituições no exercício	77.665	74.110
Alteração de estimativas ou probabilidades	5.334	4.140
Atualização monetária e juros	47.848	2.667
Saldo final do exercício	359.017	282.114

26. PROVISÕES JUDICIAIS

* continuação

MAPFRE Seguros Gerais S.A. - CNPJ nº 61.074.175/0001-38

PARECER DOS ATUÁRIOS INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da

MAPFRE Seguros Gerais S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as provisões técnicas, exceto os valores relativos ao seguro DPVAT, e os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da MAPFRE Seguros Gerais S.A. ("Seguradora"), em 31 de dezembro de 2015, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade da Administração

A Administração é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas e os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas, os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção estão livres de distorção relevante.

Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Seguradora e não abrange uma opinião no que se refere às condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração das provisões técnicas e dos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Seguradora para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da MAPFRE Seguros Gerais S.A. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção acima referidos da MAPFRE Seguros Gerais S.A. em 31 de dezembro de 2015 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Seguradora e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos certas divergências na correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes. Todavia, essas divergências não trouxeram distorção relevante na apuração dos referidos itens e, assim, não impactaram nossa opinião descrita acima.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2016.



KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.
CIBA 48

Joel Garcia
Atuário MIBA 1131

Anexo I

MAPFRE Seguros Gerais S.A.

(Em milhares de Reais)

1. Provisões Técnicas e Ativos de Resseguro

Total de provisões técnicas auditadas

5.586.771

Provisões técnicas relativas ao seguro DPVAT - Não auditadas (*)

239.799

Total de provisões técnicas

5.826.570

Total de ativos de resseguro

2.319.274

(*) Conforme Resolução CNSP nº 321/2015, Artigo 110, § 1º. Para o seguro DPVAT, a contratação da auditoria atuarial independente é de exclusiva responsabilidade da Seguradora administradora dos consórcios.

2. Demonstrativo dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas auditadas

Provisões Técnicas (a)

5.586.771

Valores redutores (b)

3.479.860

Total a ser coberto (a-b)

2.106.911

3. Demonstrativo do Capital Mínimo

Capital Base (a)

15.000

Capital de Risco CR (b)

1.030.967

Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)

1.030.967

4. Demonstrativo da Solvência

Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)

1.594.675

Exigência de Capital (CMR) (b)

1.030.967

Suficiência / (Insuficiência) do PLA (c = a - b)

563.708

Ativos Garantidores (d)

2.342.905

Total a ser Coberto (e)

2.106.911

Suficiência/ (Insuficiência) dos Ativos Garantidores (f = d - e)

235.994

Ativos Líquidos (g)

235.994

Capital de Risco (CR) (h)

1.030.967

Índice de Liquidez em relação ao CR % (*) (g / h)

22,89%

(*) O Índice de liquidez em relação ao Capital de Risco requerido pela Resolução CNSP nº 321/2015 é de, no mínimo, 20%.

5. Demonstrativo dos limites de retenção (Ramos SUSEP)

1390; 1601

100

0980

500

0987; 1387

800

0977; 1377

1.500

1103

2.000

0860

2.200

0195; 0274; 0310; 0378; 0520; 0524; 0531; 0746; 0929; 0993; 1101; 1107; 1417; 1535; 1537; 1597

2.500

0112; 0115; 0313; 0351; 0542; 0553; 0982; 1061; 1065; 1130; 1162; 1198; 1428; 1528

3.000

0114; 0621; 0622; 0632; 0638; 0644; 0652; 0654; 0655; 0656; 1433

5.000

0116; 0118; 0141; 0167; 0171; 0196

7.500

0740; 0745; 0747

9.000

0234; 0748; 0775; 0776

10.000

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Aos Administradores e aos Acionistas da

MAPFRE Seguros Gerais S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da MAPFRE Seguros Gerais S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e

executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Seguradora para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Seguradora. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentados para fins de comparabilidade, foram por nós auditados e o relatório de auditoria, datado de 24 de fevereiro de 2015, conteve ressalva em relação à reversão da Provisão Complementar de Prêmios - PCP. Como consequência, o

resultado e o resultado abrangente, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 estão apresentados a maior em R\$ 23.810 mil líquido dos efeitos dos impostos, sendo R\$ 15.223 mil (R\$ 9.133 mil líquido dos efeitos de impostos) revertidos na rubrica "Variação das Provisões Técnicas de Prêmios" e R\$ 14.677 mil na rubrica "Resultado Patrimonial" decorrente dos mesmos efeitos na Controlada.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos sobre a comparabilidade dos valores correspondentes descrito no parágrafo "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MAPFRE Seguros Gerais S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2016.



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Érika Carvalho Ramos
Contadora CRC 1SP224130/O-0

DIRETORIA

Marcos Eduardo dos Santos Ferreira
Diretor Presidente
Roberto Barroso
Diretor Vice-Presidente

André Renato Viard Fortino
Benedito Luiz Alves Dias
Carlos Alberto Landim
Cynthia Betti Rodrigues Qualharello

Dirceu Tiegs
Gilberto Lourenço da Aparecida
Jabis de Mendonça Alexandre

Luiz Gustavo Braz Lage
Maurício Galian
Wady José Mourão Cury

CONTADORA

Simone Pieretti Gonçalves - CRC 1SP 183717/O-5

ATUÁRIA

Adriana Nery Osassa Okada - MIBA 1031

MAIS DO QUE ATRAIR MILHÕES DE PESSOAS PARA AS EXPOSIÇÕES, O GRUPO SEGURADOR BB E MAPFRE AJUDA A TRANSFORMAR A CULTURA DO PAÍS.

Tem uma coisa que, para nós, está sempre em cartaz: o cuidado com a formação cultural das pessoas.

- Nossas ações socioculturais impactaram mais de 10 milhões de pessoas em cinco anos.
- Em 2016, tem mais: traremos ao Brasil a exposição O Triunfo da Cor. O Pós-impressionismo: obras-primas do Musée d'Orsay e do Musée de l'Orangerie, com obras inéditas no Brasil.



Paul Gauguin
Femmes de Tahiti (Mulheres do Taiti)
Óleo sobre tela, 69x91,5cm
Paris, Musée d'Orsay
© RMN-Grand Palais (Musée d'Orsay) / Hervé Lewandowski

